

# A solução final sem fim

SOCIEDADE BREVE

Boaventura de Sousa Santos



**M**ais um cessar-fogo, depois de tantos outros, na ocupação colonial da Palestina

por Israel, mais uma estatística de mortes para os arquivos do esquecimento, mais uma ocasião para pacificar a consciência da comunidade internacional, sobretudo norte-americana e europeia, mais um período de banalização da humilhação diária dos que, por razões de trabalho, atravessam os *check-points* israelitas, mais um processo de intensificação de provocações até aos próximos bombardeamentos.

Nada do que escreva em defesa do povo palestino poderá ajudá-lo a minorar os tormentos por que tem passado desde 1948. Tão pouco pode ajudar o povo judeu a desvincular-se do projeto sionista colonial que Israel leva a cabo na Palestina, tamanha é a intoxicação ideológica a que está hoje sujeito. Quando se trata da Palestina, a escrita não é mais que um ato de contenção da raiva, um grito escrito de desespero e impotência. Nisto reside contraditoriamente o papel crucial desta tragédia: mostra com uma transparência perturbadora a falsidade histórica, filosófica, sociológica dos “factos” que mais decisivamente sustentam as políticas dominantes dos nossos dias.

Sempre que a mentira e a má-fé se transformam em política de estado, a boa-fé e a verdade combatem-nas desarmadamente. São pedras contra bombas. Estamos perante uma massiva destruição de sentido. Dizia Albert Camus que toda a ideia falsa termina em sangue mas trata-se sempre de sangue alheio. A Palestina é o grande descodificador da falsidade hipócrita dos mecanismos dominantes para fazer prevalecer “os valores ocidentais” que incessantemente conduzem à violação destes. Os mesmos mecanismos estão já a ser *remasterizados* para a próxima utilização catastrófica: a guerra com a China.

Tenho defendido que o colonialismo não desapareceu com as independências políticas das colónias europeias. Desapareceu apenas uma forma de colonialismo, o colonialismo de ocupação estrangeira e mesmo este nem sequer totalmente. Basta mencionar a colonialismo a que está sujeito o povo Saharaui. Existe hoje sob outras formas e as duas mais óbvias são o racismo estrutural e o regime de *apartheid* imposto por Israel nos territórios ocupados. Reconhecer a existência de *apartheid* é reconhecer a existência de colonialismo. A mais pro-norte-americana das organizações de direitos humanos, a Human Rights Watch, publicou em abril de 2021 um relatório que caracteriza Israel como um estado de *apartheid*.



Faixa de Gaza “Uma ocupação violenta que a transformou na maior prisão do mundo a céu aberto”

**Perante o martírio injusto do povo palestino, por quanto tempo vamos continuar a pensar que o seu problema não é o nosso problema?**

Nos territórios ocupados (Jerusalém Oriental, Margem Ocidental/West Bank e Faixa de Gaza), o autogoverno dos palestinos está totalmente subordinado à potência ocupante. A opressão é sistemática e a discriminação é institucional: expropriação da terra, mudança forçada de residência, controle de movimentos, gestão da água e da eletricidade, negação de serviços essenciais (ultimamente as vacinas). Uma ocupação violenta que transformou a faixa de Gaza na maior prisão do mundo a céu aberto. Em suma, colonialismo puro e duro. Se o *apartheid* está reconhecido pela ONU como um crime contra a humanidade, porque é que Israel não é julgado por tal crime? Porque os valores ocidentais são para usar apenas

quando convém a quem tem poder para deles beneficiar.

**O COLONIALISMO A QUE ESTÁ SUJEITO** o povo palestino tem, porém, muitas outras faces que o identificam com o colonialismo histórico. Uma delas é o apagamento da identidade palestina e a memória da anexação de 78% do território da Palestina por parte de Israel em 1948, a Catástrofe (*al Nakba*), como lhe chamam os palestinos. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente que, como o nome indica, visa cuidar dos refugiados palestinos violentamente expulsos das suas casas em 1948 e 1967, e seus descendentes, tem vindo a ser duramente criticada por organizações sionistas conservadoras por estar a contribuir para que os palestinos “não percam a sua identidade e sejam assimilados pela sociedade envolvente”. Qual a diferença entre isto e as políticas dos colonizadores nas Américas e na África para eliminar a identidade e memória dos povos originários? (Peter Beinart, Teshuvah: *A Jewish Case for Palestinian Refugee Return*, Jewish Currents, 11 de maio 2021).

Em 2002, José Saramago, de visita a Palestina, comparou os tormentos impostos aos palestinos a Auschwitz. Em entrevista à BBC, esclareceu: “Isso de Auschwitz foi

evidentemente uma comparação forçada a propósito. Um protesto formulado em termos habituais quicá não provocasse a reação que tem provocado. Claro que não há câmaras de gás para exterminar os palestinos, mas a situação na qual se encontra o povo palestino é uma situação concentracionária... Mas, se a vocês lhes molesta muito isso de Auschwitz, eu posso substituir essa palavra e em lugar de dizer Auschwitz, digo crimes contra a humanidade”. E acrescentou, premonitoriamente: “Isto não é um conflito. Poderíamos chamá-lo um conflito se se tratasse de dois países, com uma fronteira e dois estados, com um exército cada um. Trata-se de uma coisa completamente distinta: *apartheid*.” *Os ecos do nazismo só se intensificaram desde então.*

Em 1933, a maioria dos judeus alemães não era sionista, isto é, não defendia a criação de um Estado para os judeus. De facto, a maior organização judaica intitulava-se “organização central dos cidadãos alemães de fé judaica”. Muito antes de ordenar o holocausto, Hitler, obcecado por expulsar os judeus da Alemanha (e, mais tarde, da Europa), negociou com a organização sionista (a federação sionista da Alemanha) um acordo (muito controverso entre os judeus) para transferir judeus para a Palestina (então sob controle britânico),

oferecendo-lhes “melhores” condições (isto é, menos vergonhosas) das que vigoravam para a emigração para outros países. Segundo o Acordo Haavara de Transferência (1933), o estado confiscava-lhes todos os bens que possuíam, mas transferia 42.8% desse capital para a Agência Judaica da Palestina, 38.9% desse montante sob a forma de bens industriais produzidos na Alemanha.

### É PATENTE A HUMILHAÇÃO DE OBRIGAR

os emigrantes forçados a utilizar os produtos do Estado que os expulsava. Calcula-se que entre 1933 e 1938 emigraram para a Palestina apenas cerca de 40 mil alemães e 80 mil polacos. Teriam sido ainda menos se os países europeus estivessem mais dispostos a aceitar imigrantes judeus, mesmo que mais tarde se tornasse evidente que o objetivo último era “uma Europa sem judeus” (Samuel Miner, *Planning the Holocaust in the Middle East: Nazi Designs to Bomb Jewish Cities in Palestine*, Jewish Political Studies Review, Fall 2016, pp. 7-33). No nosso tempo, o estado de Israel foi criado com base numa massiva operação de limpeza étnica: 750 mil palestinos foram expulsos das suas casas e das suas terras a que se somaram mais de 300 mil depois da guerra de 1967. Hoje crescem em Israel os grupos de extrema-direita que proclamam a expulsão de todos os palestinos dos territórios ocupados para os países árabes vizinhos. E mesmo os “árabes israelitas” estão legalmente impedidos de residir em certas cidades por não se adequarem “ao perfil fundacional da comunidade”.

Ao longo de décadas, cidades inteiras têm sido destruídas, palestinos feridos

são deixados morrer devido ao bloqueio da passagem das ambulâncias pelos militares israelitas. Perante a suspeita de algum ato individual de resistência por parte dos palestinos, as autoridades ocupantes prendem pais, familiares, vizinhos, cortam-lhes a água e a luz. Nada disto é novo e traz recordações horríveis. Segundo o diário israelita *Maariv*, citado pelo prestigiado jornalista norte-americano Robert Fisk, um destacado militar israelita aconselhava as tropas, no caso de entrada em campos de refugiados densamente povoados, a seguir as lições de batalhas passadas, incluindo as do exército alemão no gueto de Varsóvia (Cook W.A. (eds) *The Plight of the Palestinians*. Palgrave Macmillan, New York, 2010, p.164).

O que se passa hoje em Sheikh Jarrah é um microcosmo da repetição da história. Em 1956, 28 famílias palestinas, expulsas das suas terras em 1948, instalaram-se neste bairro de Jerusalém Oriental na esperança de não voltarem a ser expulsos da sua casa. Na altura, este bairro e todo o West Bank estavam sob administração jordana (1951-1967) e a instalação foi negociada com a Jordânia, a ONU e organizações de Direitos Humanos de Jerusalém. Hoje, estão a ser despejados das suas casas por ordem do tribunal supremo de Israel e desde há anos veem as suas casas apedrejadas por fanáticos, alguns dos quais se instalam na parte principal da casa e obrigam os seus moradores a acomodarem-se nas traseiras. Com a cumplicidade da polícia, os extremistas israelitas percorrem de noite as ruas do bairro gritando “Morte aos árabes”. As casas chegam a ser assinaladas para não haver enganos nos ataques. Tudo isto não faz lembrar a Noite dos Cristais?

**A RÉSTIA DE ESPERANÇA.** É difícil falar de esperança de maneira que não ofenda o povo palestino. A esperança não pode residir nos acordos de cessar-fogo porque o objetivo destes é manter estáveis as alianças entre as potências que vão ser cúmplices da continuação do sofrimento injusto do povo palestino e preparar o próximo cessar-fogo que se seguirá à próxima explosão de violência. Neste momento, a única esperança vem da sociedade civil internacional. Têm-se vindo a fortalecer duas iniciativas muito diferentes, mas que convergem em provocar o crescente isolamento de Israel. Tal isolamento pode ser decisivo para que as resoluções da ONU sobre Israel e Palestina sejam finalmente cumpridas (se não for tarde demais).

A primeira iniciativa são as manifestações públicas, mais numerosas e incisivas do que nunca, de intelectuais, jornalistas, artistas judaicos muito conhecidos contra as políticas de Israel. As fontes deste texto

**A única esperança vem da sociedade civil internacional, com duas iniciativas para provocar o crescente isolamento de Israel. O que pode ser decisivo para as resoluções da ONU serem finalmente cumpridas**

são prova disso. A segunda iniciativa é inspirada na luta internacional contra o *apartheid* na África do Sul. O desequilíbrio de forças internas, entre a população negra, de longe maioritária, e a minoria branca, era menor do que o desequilíbrio entre as forças israelitas e a resistência palestina. Mas, mesmo assim, uma das iniciativas que mais contribuiu para o fim do *apartheid* foi o movimento internacional de isolamento da África do Sul: boicote às empresas de Israel, bem como a algumas empresas internacionais especialmente envolvidas no *apartheid*; boicote académico, turístico e desportivo a nacionais sul-africanos.

Inspirado por este movimento, existe desde 2005 o movimento internacional de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) contra Israel, que tem vindo a ampliar-se nos últimos anos. É uma iniciativa de não-violência ativa não isenta de problemas, uma vez que pode implicar custos nos modos de vida legítimos de gente inocente. Mas curiosamente é um movimento que pode colher o apoio daqueles que, vivendo nesses países, se opõem às políticas de *apartheid* em vigor. Lembro-me de que quando participei no embargo académico à África do Sul no tempo do *apartheid*, colegas brancos sul-africanos não só compreendiam como apoiavam as ações, uma vez que estas fortaleciam a sua luta no plano interno. Hoje o contexto e a situação são diferentes. Perante o martírio injusto do povo palestino que está a ser punido por um crime cometido pelos europeus, e perante a hipócrita indiferença da comunidade internacional, por quanto tempo vamos continuar a pensar que o problema palestino não é o nosso problema? **JL**